

# IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM CIDADES DE MATO GROSSO DO SUL – BRASIL

Edima Aranha  
Professora do Programa de Pós Graduação/Mestrado em Geografia/UFMS  
[edimaranha@gmail.com](mailto:edimaranha@gmail.com)

Ana Luiza Vites Itokagi da Silva  
Engenheira Agrônoma – Universidade Católica Dom Bosco/MS  
[analuizavi@hotmail.com](mailto:analuizavi@hotmail.com)

## Resumo

Este trabalho refere-se a uma pesquisa sobre a industrialização em Mato Grosso do Sul, com apoio do CNPq, que objetiva analisar a dinâmica territorial e suas implicações nas quatro principais cidades sul-mato-grossenses. Todavia fez-se um recorte espacial, apresentando os resultados apenas de Três Lagoas/MS, a terceira maior cidade do estado. Nessa cidade, vislumbrou-se que a formação do Parque Industrial decorre do processo de (des)concentração/(re)concentração industrial, no Brasil. Há intensa dinâmica territorial, que se dá a partir do processo industrial, que se circunscreve em três Distritos Industriais. Analisaram-se a estrutura e a dinâmica industrial, bem como os conflitos estabelecidos entre as forças produtivas. Também se avaliaram as alterações decorrentes da incorporação de tecnologia, produtividade e os reflexos no uso e ocupação das terras no campo. Averiguou-se se há riscos de contaminação pelas indústrias, seja pela contaminação das águas subterrâneas e do solo, seja pela emissão de gases na atmosfera. No Distrito Industrial I, há 22 empresas, sendo 11 ligadas a construção civil, de baixa periculosidade, e, perigosas destacam-se 3 metalúrgicas, uma química, uma de plástico e uma carvoaria. No Distrito Industrial II, concentram-se 27 empresas, destas apenas 3, a de alimentos, bebidas e de construção civil não são perigosas. Destacando-se dentre a perigosas, 8 indústrias têxteis, 6 metalúrgicas e 6 petroquímicas. O Distrito Industrial III situa-se fora do núcleo urbano, e se destina às megaindústrias: fábricas de papel e celulose, - consórcio Fibria/Internacional Paper, Eldorado Brasil e uma de fertilizantes da PETROBRAS. As indústrias dos Distritos Industriais II e III tem aparato tecnológico mais avançado, coadunam as novas tecnologias do atual período técnico-científico e os incentivos fiscais – doação de terreno, isenções de impostos - aparato de objetos espaciais que o município oferece - vias intermodais, energia elétrica, e, a exploração da força de trabalho com baixos salários. Esses empreendimentos promoveram nova dinâmica territorial, criando novos sentidos e funções, impondo novos valores e cultura, inclusive estilos de moradia, pois a expansão da periferia da cidade, não dá lugar somente aos conjuntos habitacionais populares, mas também aos luxuosos condomínios horizontais fechados; além do aumento da opção de moradias em condomínios horizontais. A paisagem urbana se metamorfoseia, pois a territorialização do capital industrial delinea novas territorialidades, a cidade ganha ares de cidade grande.

**Palavras chave:** Mato Grosso do Sul, Industrialização, Dinâmica territorial, Impactos socioambientais.

## Introdução

Este artigo resulta de uma pesquisa interinstitucional, ainda em andamento, realizada com apoio financeiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-Brasil)), por uma equipe de professores da UFMS/MS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), UFGD/MS (Universidade Federal da Grande Dourados) e UNIOESTE/PR (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) e alunos da graduação e pós graduação das referidas universidades, cujo objeto de estudo é a indústria no estado de Mato Grosso do Sul-Brasil.

O processo industrial pelo qual passa Mato Grosso do Sul, com ênfase para os municípios de Três Lagoas, Dourados, Campo Grande e Corumbá (Ver Figura 1), é um advento emblemático da dispersão do meio técnico, científico e informacional (Santos 1996a; 1997) em território sul mato-grossense e que acarreta severos impactos socioambientais.

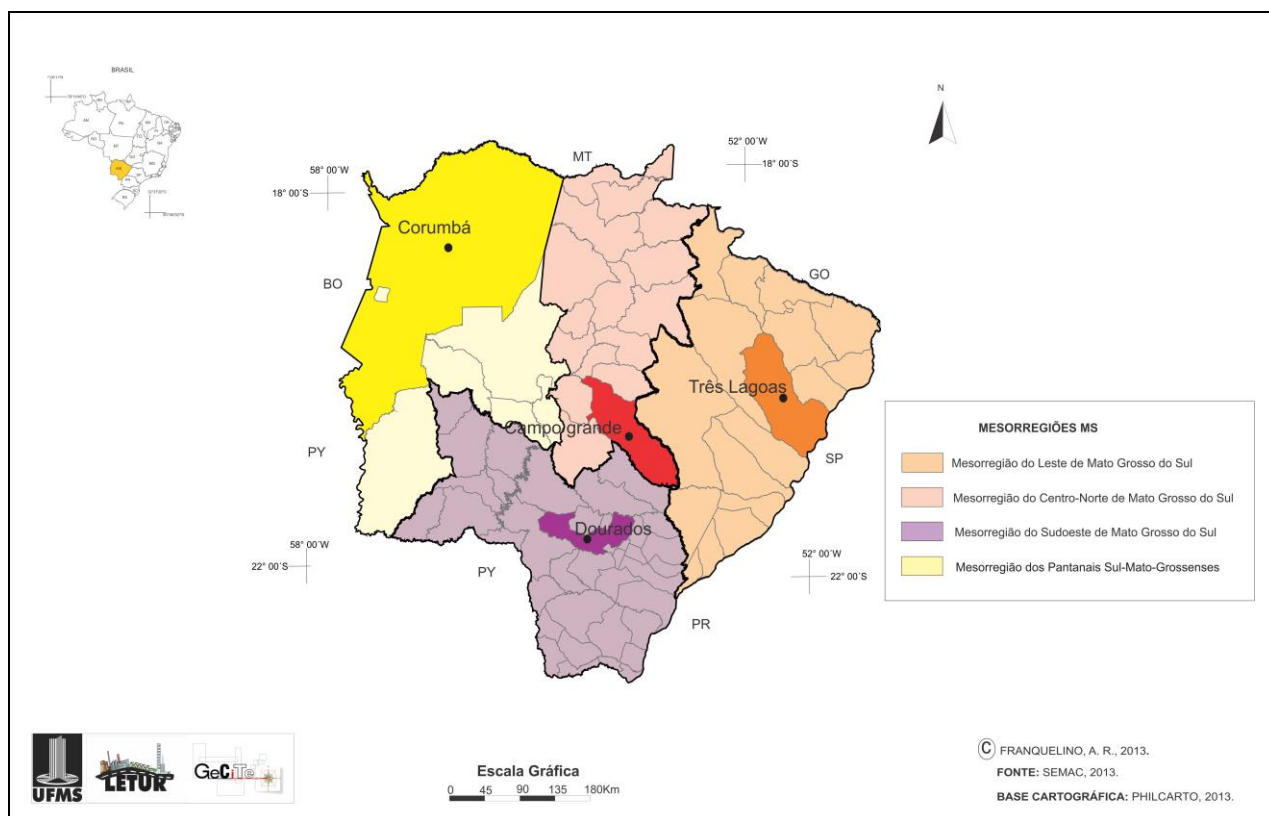


Figura 1: Localização de Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas em Mato Grosso do Sul em suas respectivas mesorregiões.

Esse processo se acentuou após os anos de 1990 e advém em parte, da desaglomeração industrial do estado de São Paulo, constituindo eixos industriais ao longo das principais vias desse estado e elegendo territórios aptos para receberem as unidades fabris. Com isso ocorreu a interiorização industrial. O meio técnico científico informacional se estendeu de forma praticamente contínua no Sul e Sudeste, mas é rarefeito nas demais regiões do país, como bem elucida Santos & Silveira (2001).

Todavia, se por um lado, sua extensão não era contínua, por outro, sua difusão ocorre de modo acelerado, devido a maior especialização funcional dos novos objetos e ações (SANTOS, 1996b, p.42). Nos espaços onde o meio técnico científico informacional se territorializa, tanto as ações quanto os objetos contêm um grande conteúdo em ciência e informação, o que na concepção de Santos (1996b, p.54), promove a proliferação de serviços com múltiplas especializações.

Com vistas a atender a demanda das unidades fabris seja de mão de obra seja de serviços, as cidades vão se urbanizando de modo intenso e célere, pois é nas cidades que ocorre o consumo dos serviços e as articulações do local com o global, ou como alguns optam dizer, a glocalização.

As cidades tornam-se o centro da realização da produção industrial hodierna. São nas cidades, segundo Santos (1996b, p. 54), que se articulam todo modo de consumo. Pode-se agrupar em dois tipos de consumo: de um lado, o consumo realizado pelas empresas fabris que vai desde o consumo de serviços, recursos naturais e bens materiais como consultorias diversas, mão de obra especializada ou não, insumos, pesquisas científicas, transporte e comunicação e de outro diz respeito às demandas da população, cujo poder aquisitivo determina o consumo de bens e serviços diferenciados.

Nesse sentido, depreende-se que as 4 maiores cidades sul mato-grossenses (Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas) tornam-se centros urbanos de grande relevância no contexto regional e no cenário nacional, quiçá global. Posto que, essa configuração garante maior especialização, por conseguinte, estabelece nova divisão territorial do trabalho e exige que o território tenha maior fluidez, por meio da estruturação das vias e fluxos para a circulação de mercadorias, veículos, pessoas, ou seja, do próprio capital industrial. Por conseguinte, estabelece nexos entre a especialização do território e o aumento da circulação, ou seja, há maior interrelação entre o local e o global, devido à necessidade de intensificação dos fluxos materiais e imateriais, conectando centros locais e regionais diretamente às metrópoles nacionais e mundiais.

Essa glocalização exerce uma grande pressão sociambiental nos territórios onde as unidades fabris se aportam, posto que aumenta a demanda de serviços e de consumo de bens culturais e naturais, além da geração de resíduos que comprometem severamente a qualidade ambiental.

### **A cidade como locus da produção**

Em sendo a cidade o locus principal da produção, é ali que se concentram os principais serviços, produtos e agentes (trabalhadores, consultores, empresas, bancos) necessários à produção. Essa nova dinâmica econômica, não mais pautada na agropecuária, mas sim na agroindústria e no setor minero e energético, tem promovido de modo intenso a expropriação de pequenos e médios proprietários, que vêm como único desfecho vender ou arrendar suas poucas terras para a formação dos complexos de soja, eucalipto e cana, principalmente, por conseguinte promove a migração campo cidade.

De um lado ocorre a migração ascendente, a do homem do campo para a cidade e do outro, não menos importante, tem-se a migração descendente, que constitui na massa de profissionais habilitados para o trabalho fabril, nos mais diversos ramos e setores da indústria. Logo, se entende que é na cidade onde se realizam a concentração de pessoas, o controle e a gestão dos negócios.

A ideia é de que quanto maior for a densidade técnica do e no território, maior será a urbanização das cidades e a interrelação no intra e interurbano, estabelecendo assim, os territórios-rede, seja pelo fluxo de pessoas, de mercadorias, das técnicas e do fluxo do próprio capital. Essas cidades onde se instalaram o capital industrial, cujas matrizes estão fora do comando local, pois os serviços se desconcentraram, porém a sua gestão permanece nos grandes centros, vivenciam intensas transformações estruturais, funcionais, sociais, culturais e ambientais. Cujas perspectivas apontam para as mudanças mais profundas, mais visíveis e vividas pelos seus moradores.

O discurso ideológico governamental é de que se instalou um ambiente de qualidade de vida, pois o setor industrial aumenta o PIB do município, fomenta o emprego, gera renda e cria outras oportunidades, seja para a emergência de outras pequenas empresas, conformando uma cadeia produtiva, seja pela capacitação e a inclusão de mais pessoas no mercado de trabalho formal.

Ora, tem sido proferido discurso sobre crescimento econômico e qualidade de vida, mas o tema se reveste de complexidade e a análise é equivocada e prenhe de subjetividade. Há metodologias específicas para tal, pois qualidade de vida está atrelada aos conceitos de ambiente e desenvolvimento sustentável. Há crescimento econômico de pequenas e médias cidades no interior

do país, como em Mato Grosso do Sul, mas também há degradação do ambiente urbano e da qualidade de vida.

Qualidade de vida depende de intervenções no presente para que se tenha resultado no futuro, seja no espaço que os indivíduos ocupam, seja no seu curso da vida. Essas ações e o uso de um espaço mais saudável devem fazer parte da vida cotidiana. O compartilhar e o reconhecimento da diversidade fazem parte dessa qualidade de vida (ARANHA-SILVA, 2012).

A concepção sobre desenvolvimento não deve ser aquele que externaliza livremente os custos sociais e ambientais e que alarga a desigualdade social e econômica. Ignacy Sachs (2008) propõe cinco dimensões de sustentabilidade para o desenvolvimento: a) Sustentabilidade social – construir civilização de renda e de bens, para reduzir o abismo entre os padrões de vida entre ricos e pobres; b) Sustentabilidade econômica – eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrosociais; c) Sustentabilidade ecológica – intensificar o potencial dos recursos dos ecossistemas, com mínimo de danos, reduzir resíduos e poluição e definir normas para proteção ambiental; d) Sustentabilidade espacial – manter configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas; e) Sustentabilidade cultural – manter as raízes endógenas de processo de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções para o local, o ecossistema e a cultura.

Na relação ambiente e qualidade de vida devem levar em conta os programas que visem à melhoria da qualidade de vida. As ações em defesa dos direitos humanos e a denúncia das formas de degradação da vida devem estar presentes no cotidiano das comunidades. A tomada de consciência é um ponto relevante e expressivo para a valorização da identidade, da cultura e para garantia da cidadania.

A sustentabilidade supõe outro paradigma de relação com a natureza. Ainda predomina a relação meramente utilitarista, como se ela apenas existisse para atender às nossas necessidades.

Somos parte da natureza e esta, é composta pela simbiose entre seres vivos, incluindo os humanos. Todos os seres são interdependentes e formam a comunidade de vida. A rede, que desta conectividade se deriva, é responsável pelo equilíbrio da vida e do planeta. Há que romper com a forma equivocada de conceber desenvolvimento e qualidade de vida, como sinônimo de crescimento econômico ou aumento do PIB. Neste sentido, se observa que há o aprofundamento das desigualdades socioespaciais inerentes à modernização excludente das cidades.

## **A reestruturação das cidades e os impactos socioambientais**

Simultâneo ao processo de industrialização aumenta a demanda por serviços públicos e moradias com a chegada de pessoas em busca de trabalho, como já exposto, e que, somados aos déficits habitacionais já existentes, tem pressionado o poder público a destinar investimentos para melhoria da infraestrutura, dos equipamentos urbanos e, com mais vigor, para definir nossos espaços para construção de unidades de moradias.

Nesse sentido, são criados novos loteamentos para construção de condomínios horizontais fechados e de conjuntos habitacionais populares, para moradores de classes sociais distintas e diferenciadas. Com isso, as periferias se expandiram e os problemas urbanos se intensificaram, seja pela precariedade e falta de acesso aos serviços públicos, pela distância dos locais de trabalho, seja pela incapacidade em pagar para morar, pela super valorização da terra e a intensa especulação imobiliária, além dos agravos gerados pelo precário saneamento ambiental.

A (re)estruturação, (re)qualificação, (re)centralização de uma cidade pode ocorrer simultaneamente devido o seu processo de expansão, o que torna o território urbano mais complexo, fragmentado e a interação social se dá por meio das relações interpessoais e coletivas, que em sua maioria tem implicações socioambientais severas.

As diversas pesquisas realizadas pela equipe de professores e por alunos no âmbito do PET Geografia/UFMS e do LETUR/CPTL/UFMS, sejam alunos da graduação PIBIC/CNPq sejam alunos do Mestrado em Geografia possibilitaram apreender as dinâmicas da tessitura desses

territórios, bem como o papel e as relações de poder de diferentes agentes sociais que interagem de modo antagônico e combinado, com finalidades específicas no processo de (re)fazer a cidade, territorializando alguns, desterritorializando muitos e delineando as multiterritorialidades urbanas. E ainda, evidencia-se que o papel do Estado, enquanto agente social, ao fazer e refazer a cidade privilegia os atores sociais detentores do poder e do capital, sem a observação dos embates sociais estabelecidos e dos agravos ambientais decorrentes das unidades fabris instaladas sempre próximas dos rios que comprometem a boa qualidade de vida da maioria.

Vale ainda lembrar que no caso de Três Lagoas, assim como nos demais municípios, não há aterro sanitário industrial, logo o descarte dos resíduos industriais ficam a cargo de empresas situadas em outros estados (São Paulo, Paraná), especializadas nesse tipo de prestação de serviços.

## **Porque e como morar na cidade**

É notório que os lotes destinados às moradias populares nas cidades brasileiras assim como em Mato Grosso do Sul são muito pequenos, infringindo a legislação urbanística, o que resulta na construção de unidades habitacionais com área construída reduzidíssima, como assevera Villaça (1986, p. 61): “A cidade crescerá de forma caótica, sem o zoneamento ou a regulamentação dos loteamentos. Ao mesmo tempo, entretanto, e contraditoriamente, se reconhece que, se os lotes destinados aos loteamentos populares for produzido segundo os requisitos da lei, ele será caro demais para os pobres”.

A falta de moradia para uma parcela significativa da população urbana força a organização de movimentos pró moradias, por meio de ocupações de terras urbanas ociosas, seja pública ou privada, por meio de casas improvisadas, muitas vezes em áreas de risco, como encostas, fundos de vale, antigos aterros sanitários ou lixões. Ou ainda, a ocupação se dá em prédios condenados e que oferecem risco de morte para os ocupantes. Mas para muitos que vivem nessas cidades de oportunidades, essa tem sido a única alternativa de moradia.

Essas deficiências no ordenamento territorial urbano denotam em muitos casos o início da favelização ou o crescimento de favelas ou ainda de moradias improvisadas, tendo como conseqüências sociais a explosão de manifestações e de reivindicações, junto aos órgãos competentes, nem sempre de maneira pacata, gerando em alguns casos uma violência urbana, e que se atribui, muitas vezes, às lideranças populares a responsabilidade por aquilo que é resultado de um processo alimentador da desigualdade social e da concentração de terra, renda e poder (MARICATO, 1996).

Ora, o solo e as benfeitorias são atributos do espaço urbano dos quais nenhum cidadão pode dispensar. Não existe sem ocupar espaço; não se pode trabalhar sem ocupar um lugar e fazer uso de objetos materiais aí localizados; e não se pode viver sem moradia de alguma espécie (HARVEY, 1980). E é essa necessidade incondicional que acirra a disputa pela terra urbana, tornando-a uma mercadoria, com valor de troca e não valor de uso, a terra urbana não cumpre sua função social.

Para Corrêa (1995, p.21), não há interesses das diferentes frações do capital envolvidas na produção de imóveis em “produzir habitações populares. Isto se deve, basicamente, aos baixos níveis dos salários das camadas populares, face ao custo de habitação produzida capitalisticamente”. Logo, a construção barata tem sido uma exigência intrínseca ao negócio imobiliário, pois “os níveis de remuneração dos trabalhadores não permitem aluguéis elevados. Os cortiços, as casas coletivas, a autoconstrução, os conjuntos populares são, portanto, essenciais para a reprodução da força de trabalho a baixos custos” (BONDUKI, 1998, p. 39).

Para Lefebvre (1999), a questão da habitação popular pode ser apreendida à luz do desenvolvimento capitalista, que materializa na cidade os processos de trabalho e tem implicações severas na dinâmica territorial urbana.

Os moradores das favelas não se instalaram logo de início no barraco onde moravam. Foram se deslocando no espaço urbano, numa trajetória de filtração descendente, dentro do processo de valorização da terra urbana e do

empobrecimento da classe trabalhadora, das áreas centrais para as periféricas, das casas de alvenaria para os barracos das favelas (PASTERNAK, 1997 p. 54).

O problema da habitação popular está imbricado aos indícios de segregação espacial e degradação ambiental. Pois se “a expansão da cidade e a concentração de trabalhadores ocasionam inúmeros problemas, a segregação social do espaço impede que os diferentes estratos sociais sofram da mesma forma os efeitos dos problemas urbanos” (BONDUKI, 1998, p. 20), por conseguinte, torna a dinâmica territorial complexa e contraditória.

O autor em epígrafe assevera que:

[...] transferir para o Estado e para os trabalhadores o encargo de mobilizar os recursos e o esforço necessário para enfrentar o problema da moradia popular, vai ao encontro do desejo da elite: eliminar as moradias precárias do centro da cidade e segregar o trabalhador cada vez mais na periferia (Idem, p. 77).

Os pressupostos de Bonduki (1998) remetem ao questionamento das realidades em algumas cidades sul mato-grossenses, como as já supra mencionadas. Trata-se, portanto, de uma situação contraditória: para a estruturação dos Parques Industriais é preciso reduzir a forte atração que a propriedade imobiliária exerce como campo de investimento, mas a industrialização requer condições básicas de sobrevivência na cidade, como a moradia dos trabalhadores. Mas que moradias são essas que se destinam a essas milhares de famílias operárias?

Para Rolnik (2010), sob a justificativa de diminuir custos para permitir o acesso à casa própria, a habitação popular produzida tem sido erigida fora dos centros urbanos, via de regra, em “terrenos desprovidos de infraestrutura, equipamentos públicos, serviços essenciais e oferta de emprego, ou seja, na não cidade” (p. 12).

O modelo de produção habitacional pelo poder público, com redução dos custos por meio da aquisição de terras longínquas e baratas e produção em larga escala contribuiu para o agravamento do processo de periferização. Segundo a autora “este processo tem como resultado mediato a demanda de enormes investimentos não contabilizados inicialmente e potencializa problemas de deslocamentos e de vulnerabilidade social” (p. 12). Além de segregados e distantes do mercado de trabalho, os grandes conjuntos habitacionais se degradam, agudizando ainda mais o empobrecimento de seus moradores (VAINER, 2010).

Rodrigues (1998) salienta que a definição da propriedade da terra não ocorre apenas no espaço rural, mas também no espaço urbano, e, com a intensificação do processo de urbanização/industrialização, esta questão se intensifica. A intervenção do Estado direta ou indiretamente, se torna necessária. Indiretamente, por meio do financiamento aos consumidores a as firmas construtoras, ampliando a demanda solvável e viabilizando o processo de acumulação capitalista e, diretamente, o próprio Estado é o produtor das unidades habitacionais.

Para Gomes (2002) é inegável, no entanto, que a intervenção do Estado em termos de habitação de interesse social, possibilita algumas condições para a constituição de uma cidadania real, embora através dessa intervenção se reproduza a oposição entre dominantes e dominados de forma mais complexa.

O programa federal “Minha Casa, Minha Vida” é insuficiente do ponto de vista quantitativo, além de reproduzir a prática de periferização da pobreza, afastando os trabalhadores do mercado de trabalho, precarizando ainda mais sua vida, pelo encurtamento do seu tempo e da sua renda. Dito de outro modo, gasta-se muito tempo no percurso entre casa-trabalho, e mais, do já tão pouco dinheiro, com o transporte urbano.

As políticas de urbanização planejadas e conduzidas pelo Estado, por meio de programas diversos, apenas atenuam as distorções no processo de urbanização das cidades, pois as desigualdades sociais presentes têm suas raízes na própria formação social e que é decorrente das relações sociais estabelecidas entre os moradores urbanos, não apenas em nível local e no espaço de moradia, mas fundamentalmente a partir das relações de trabalho. Pressupõe que a incapacidade do Estado em formular e implementar uma política habitacional consistente seja uma das causas da

formação, expansão e consolidação de soluções informais de produção de moradia, entre elas, o padrão periférico de crescimento da cidade e o ineficiente saneamento ambiental.

Para Rodrigues (1998), espacialmente mudam as características da habitação. Há grande diferenciação entre as moradias dos bairros, tamanhos dos lotes, das construções, da “conservação”, de acabamento das casas, as ruas – pavimentadas ou não –, se há iluminação, esgoto, dentre outros. Para se ter noção da segmentação espacial urbana. Ao mesmo tempo, há espaços servidos de infraestrutura e outros com grande densidade de ocupação, mas com rarefação de serviços. Isto significa que “a diversidade não se refere apenas ao tamanho e características das casas e terrenos, mas à própria cidade” (Idem, p.11). É reflexo e condicionante das desigualdades sociais, que se materializam na dinâmica territorial urbana.

Há crise habitacional sempre que há a incapacidade de pagar dos compradores, quando o ritmo da urbanização é tanto, que o ritmo das construções de habitação não a acompanha. O problema da moradia é concreto para quem conta com recursos limitados, pois a oferta de imóveis no mercado não é compatível com seu poder de compra.

Com o recente processo de industrialização e a expansão do tecido urbano por meio de novos loteamentos para construção de moradias devido o aumento da demanda, as cidades vivenciam intensa especulação imobiliária, que segundo Rodrigues (1998), está relacionada com a ocupação da cidade, cujos mecanismos podem ser praticados de várias formas.

A mais comum, por estar relacionada a um único grupo incorporador, refere-se ao interior da área loteada e diz respeito à retenção deliberada de lotes. Em geral, se vende inicialmente os lotes pior localizados – em relação a equipamentos e serviços – para, em seguida, gradativamente e à medida que o loteamento vai sendo ocupado, colocar os demais à venda. A simples ocupação de alguns já faz aumentar o preço dos demais lotes, valorizando o loteamento.

Essa prática usual é uma forma de “ocupação programada, onde é comum deixar-se lotes estrategicamente localizados para a instalação de serviços e comércio de abastecimento diário – padarias, açougues, farmácias – os conjuntos comerciais” (Idem, p.21), ou como prefere Corrêa (1995), formam os centros comerciais secundários ou os subcentros comerciais. Esta multacentralidade, ou cidade polinucleada, como defende Lefebvre (2004), já é realidade nas cidades como Três Lagoas e Dourados, por exemplo (ARANHA-SILVA, 2009).

Cabe ao Estado, enquanto ator social produtor e ordenador da cidade, possibilitar a produção de moradia digna aos moradores de todas as classes sociais, com infraestrutura básica e serviços públicos, pois se entende que esse compromisso é uma prerrogativa para tornar as cidades mais justas, humanas e ambientalmente sustentáveis.

Carlos (2004, p. 147) reforça essa discussão: “[...] a luta pela moradia não é a luta por um ‘teto mais serviços’, mas a luta pela vida contra as formas de apropriação privada”. As formas de apropriação do espaço urbano apontam para a necessidade de se transpor as dificuldades e barreiras que se interpõem, notadamente, aos mais empobrecidos, e de se rever a construção por outra lógica, em que a cidade não seja vista apenas como algo intercambiável ou como valor de troca, mas como local da possibilidade de reprodução da vida.

Na concepção de Lefebvre (2004, p.116): “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades [...] Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”. Destarte, o problema da moradia apresenta-se como resultado da apropriação diferenciada do espaço, pois uma parcela da população não possui condições de inserção no mundo da mercadoria e de um ambiente salubre.

Sobre os vazios urbanos, Rólnik (2010, p.10) destaca que ao mesmo tempo em que a lógica de expansão horizontal urbana tem sido o modelo de urbanização da maioria dos municípios brasileiros, “um dos elementos que compõem esta lógica é a grande quantidade de vazios urbanos em áreas consolidadas e a consolidar”. Essa é uma realidade também vivenciada nas cidades sul mato-grossenses, como em Três Lagoas, que tem se acentuado ainda mais, nos últimos 7 anos.

Com a intencionalidade de se expandir a malha urbana, se vê terrenos urbanos vazios e sem função social no interior das cidades, os quais se formam como resultado de “processos desarticulados de aprovação de loteamentos ou práticas conscientes de especulação imobiliária e

permanecem como resquícios internos à cidade, dificultando a locomoção urbana e subutilizando a infraestrutura investida ao longo destas áreas” (Idem, p. 11).

Nessa perspectiva, Rolnik (2010) se posiciona contra os vazios urbanos e aponta razões pelas quais se deve combater essa prática, a fim de:

- Cumprir a função social da propriedade;
- Utilizar todo o potencial investido na infraestrutura urbana já existente;
- Evitar desarticulações viárias;
- Evitar que estes locais se transformem em lixões, becos e ou terrenos baldios inseguros;
- Evitar o uso especulativo da terra;
- Promover a utilização adequada dos espaços da cidade, de acordo com suas demandas.

Ora, se viver na cidade pressupõe, dentre outros, o direito à moradia, enquanto território concebido e vivido, logo se concebe que muitos sujeitos urbanos se encontram desterritorializados. O entendimento do território é que se trata de uma categoria geopolítica, cuja tessitura se dá pelas ações políticas e socioeconômicas e que remetem às relações de força e poder. Para Santos (2007), o território é categoria fundante do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida, e, quanto maior a complexidade das relações externas e internas requer maior controle e regulação: “[...] e se levanta a necessidade do Estado: o Estado e os limites, o Estado e a produção, o Estado e a distribuição, o Estado e a garantia do trabalho [...]” (Id., p. 16).

A partir desse pressuposto, se entende que o território pode ser definido nas suas desigualdades a partir da idéia de que “a existência do dinheiro no território não se dá da mesma forma. Há zonas de condensação e zonas de rarefação do dinheiro” (Ibid., p. 17). Ao configurar um dado território e nele estabelecer as relações de produção, as transações e a reprodução dos meios produtivos, as empresas buscam o apoio do Estado.

Nessa perspectiva, algumas cidades sul mato-grossense se postulam como um território-zona/território-rede de condensação (HAESBAERT, 2004) na medida em que viabilizam, sob a ideologia e égide do desenvolvimento, a reprodução ampliada do capital industrial nos contextos local, nacional e internacional. A título de exemplificação, Dourados e Três Lagoas tem sido propaladas como o lócus do meio técnico-científico-informacional (SANTOS 1994), o lugar de oportunidades. Oportunidade para que os atores sociais que detêm o controle da terra e os meios de produção reproduzam de modo ampliado o seu capital, com base na superexploração da força de trabalho, exaustão do meio ambiente e empurrando as famílias dos trabalhadores e os mais empobrecidos para a periferia. Ademais, esses atores sociais, contam com o aparato estatal, o que lhes dá legitimidade.

Ora, o urbano é cumulativo de todos os conteúdos, resultados da indústria, técnicas e riquezas, tradições ou rupturas do cotidiano. Lefebvre (2004, p.112) afirma que: “o urbano é forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e não objeto, Ele se liga, de um lado, à lógica da forma e, de outro, à dialética dos conteúdos”. A dinâmica territorial da cidade revela “o desenvolvimento das forças produtivas e as contradições na formação econômica e social, pois estas ganham concretude no território” (VIANA, 1982, p.125).

A implantação de um pólo de desenvolvimento industrial e o crescimento urbano induzido nos permite apreender como se dá a tessitura desse território, ou seja, qual a lógica do capital, os processos de concentração da força de trabalho e da sua reprodução ampliada, o funcionamento e as intervenções do aparato estatal.

Para Capel (1984), o Estado enquanto agente ordenador do território deve promover o equilíbrio de forças entre todos os atores sociais. Todavia, suas práticas e estratégias se voltam cada vez menos para a conciliação dos interesses dos grupos excluídos.

O poder público municipal busca se inserir nas redes de fluxo globais de capital, por meio da adoção de práticas que aproximam a gestão pública a uma gestão empresarial do território nas cidades. As estratégias objetivam tornar as cidades mais competitivas para atrair empresas, com vistas à diversificação da base econômica, antes pautada prioritariamente na agropecuária, agora na indústria, no comércio e nos serviços.



Na outra vertente, ainda no que tange a moradia, as Prefeituras Municipais apóiam a formação de loteamentos destinados aos condomínios horizontais de luxo, associando ao verde, aos rios e lagoas, onde a natureza se torna mercadoria. Ora, estes condomínios geram altos valores de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e divulgam a imagem de boa qualidade de vida, que as gestões municipais desejam. Entretanto, loteamentos fechados ou condomínios horizontais, segundo Caldeira (2000), consistem em enclaves fortificados, incrustados no complexo mosaico territorial urbano.

Condomínios fechados são espaços de auto segregação dos mais ricos, é uma nova cultura que se insere nessas cidades, é a materialização do poder e do dinheiro. Nesses enclaves fortificados, a cidade enquanto manifestação do urbano, caracterizada pela complexidade social, se revela contraditória, pois enquanto a maioria é empurrada para a periferia desestruturada e desassistida, alguns vivem em ilhas de excelências (BHERING, 2002). Basta percorrer as periferias dessas cidades para constatar a materialização da segmentação social e da insalubridade ambiental, por meio da moradia.

De um lado, a segregação forçada e de outro, a auto segregação. É uma opção de se viver junto aos iguais, indiferentes à periferia dos pobres, onde milhares de famílias se reproduzem em exíguas moradias, sem escolas, unidades de saúde, com precário saneamento ambiental, distantes dos centros comerciais. Para estes, a cidade de multicentralidade é fábula. Conforme Santos (1996b) é a disseminação de uma liturgia de anticidade. Nesse contexto, longe é um lugar que existe, diferentemente do que o clássico de Bach (1990) inspira, as relações sociais revelam que a tessitura desse território se vincula também, às escalas tempo e espaço.

É necessária a intervenção do Estado, numa perspectiva social e politicamente correto, pois este, enquanto agente ordenador do território precisa acomodar da melhor forma os trabalhadores, pois pressupõe que estes, assumem papel vital na economia local, como força de trabalho barata, inclusive. No entanto, “sem medidas apropriadas para integração social, para a moradia e para a educação, parece ser difícil manter ou ampliar o papel produtivo dos trabalhadores e evitar confrontos políticos”, enfatiza, Baltrusis (2007, p.3).

A sociedade urbana industrial é concebida por um processo em que se explodem as antigas formas urbanas, a concentração da população acompanha a dos meios de produção e o tecido urbano prolifera. A dinâmica territorial se torna complexa e contraditória e seu conteúdo social se expressa concretamente na periferia expandida, na proliferação de conjuntos habitacionais, na formação de suntuosos condomínios fechados, dentre outras possibilidades.

Essa dinâmica territorial das cidades que consiste em um conjunto de transformações que a sociedade vivencia passará do período em que predominam “as questões de crescimento e de industrialização, ao período onde a problemática urbana prevalecerá; em que a busca das soluções e das modalidades próprias da sociedade urbana passará ao primeiro plano” (LEFEBVRE, 1999, p. 33).

São inúmeras as necessidades e carências enfrentadas pelos grupos sociais envolvidos na busca por melhores condições de vida e trabalho, sob efeito das contradições expressas na relação capital e trabalho, que abrange o modo de produção e institui as contradições no interior dos aparelhos do Estado (BEGA SANTOS, 2008). Ademais, os moradores ora se territorializam ora se desterritorializam por e a partir das questões relacionadas com o uso e ocupação do solo, com a apropriação e distribuição da terra urbana e dos equipamentos urbanos coletivos.

Ora, a dinâmica territorial urbana se efetiva por meio das contradições e das complexidades dos processos de produção, logo, a cidade é “como palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes” (CARLOS, 2004, p. 23).

Acidade deve ser entendida como locus de moradia, de cidadania, de qualidade de vida e onde as relações sociais se materializam. A cidade deveria ser “um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz idéias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura” (Idem, p. 26). Essa prática delinea as multiterritorialidades.

Vivenciadas por alguns, de certo modo, muito menos por outros, enquanto que para muitos outros, essa condição é negada.

### **Para não concluir**

Esse dinamismo territorial a partir dos anos 1990 em Mato Grosso do Sul aponta para fortes indícios de que o ritmo de crescimento e de expansão do tecido urbano continuará, por conseguinte, as cidades vivenciam intenso processo de degradação ambiental, de mudança estrutural e de conteúdo social, que se materializam na formação de novos e diferenciados bairros residenciais, como os conjuntos habitacionais populares e os condomínios fechados horizontais. E ainda associado ao aumento do consumo de água e com a produção de resíduos domésticos e industriais sem precedentes, com severas implicações ambientais, em especial nos rios, nas lagoas e na qualidade do ar. A cidade se apresenta ecologicamente comprometida e com intensa segmentação socioespacial.

Esse processo de (re)estruturação, decorrente da implantação de indústrias, dá visibilidade às cidades em escala nacional, pela oferta de incentivos fiscais e de benefícios. Por outro lado, tem acirrado o embate entre as classes sociais que requerem mais moradias, serviços públicos e produtos diversos. Essa intensa procura tem refletido no aumento dos preços de imóveis, dos produtos da cesta básica, dos serviços de saúde e do transporte coletivo. Além disso, há distúrbios e congestionamento no trânsito, demora e precarização no atendimento dos serviços públicos e coletivos, desencadeamento de violência e de crimes qualificados sem precedentes, dentre outros.

Enfim, essa nova dinâmica territorial das cidades se evidencia pela expansão do tecido urbano, pela segmentação do espaço, pela inserção de novos usos e costumes, pela valorização e especulação imobiliária, pela possibilidade de reprodução do capital de certos agentes sociais, mas por outro lado cresce a segmentação espacial com a segregação e a exclusão de muitos e o comprometimento dos recursos naturais e da boa qualidade ambiental.

Desse modo, se depreende que os problemas advindos com o dinamismo econômico de uma cidade são complexos e profundos sim, mas não inarredáveis. Os desdobramentos de tais problemas e a possibilidade de sua superação dependerão da maneira como os governos municipais e os planejadores urbanos efetivamente intervirão na gestão da urbe. E essa intervenção deverá ocorrer por meio de ações, com base em um planejamento participativo, levando em consideração as necessidades e as especificidades das comunidades locais, para não incorrer na ingovernabilidade urbana e comprometimento ambiental de modo irreversível.

Recomenda-se o cuidado para não propalar que a cidade está em desenvolvimento socioeconômico, posto que, isso implica tanto no aumento da capacidade de produzir mais bens de consumo, para satisfazer as necessidades humanas, quanto aos meios para obterem melhor qualidade de vida e justiça social.

Deve-se ter em mente que a cidade é produto dos processos socioespaciais, que significa dizer, o homem e sua interação em um dado espaço, onde estão dispostos os objetos e as ações; como as edificações e os fazeres humanos, o ir e vir, as vias e os fluxos. Desse modo, a cidade não deve jamais ser considerada como uma argamassa facilmente modelável, ou como uma máquina controlável pelo Estado autoritário e centralizador.

A cidade não deve ser concebida como apenas o lócus da reprodução do capital industrial, mas um fenômeno gerado pela interação complexa, entre os diferentes agentes, que ao produzirem também consomem a cidade. Pressupõe, portanto, que a produção sustentável da cidade só é possível, quando os indivíduos livres e conscientes de suas reais necessidades e possibilidades tomam parte dela, e que depreendem que o papel do Estado não pode e não deve estabelecer relações de poder e de decisões de forma autoritárias, priorizando os agentes econômicos em detrimento da maioria.

Planejar uma cidade sustentável, não significa apenas dar uma dimensão estética e funcional, ao traçado e a forma de logradouros públicos e conjuntos espaciais intraurbanos em geral, bem como o mobiliário urbano; mas também, pensar nas dimensões econômicas, políticas, culturais,

ambientais e dos condicionantes espaciais, propondo ações e estratégias para a mudança socioambiental e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Em outras palavras, planejar uma cidade para se viver melhor, significa promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida de todos. E essa condição do exercício da cidadania só é possível por meio da disponibilização de vias públicas com transporte seguro, de moradias dignas com abastecimento de água tratada e saneamento ambiental adequado, do acesso aos serviços de educação e saúde com qualidade, do uso de equipamentos urbanos e dos espaços de lazer e de recreação sempre limpos, adequados e seguros para todos, independentemente da sua condição social e do bairro onde mora.

## Referências

ARANHA-SILVA, E. O sentido da segregação espacial além dos trilhos da ferrovia. **Jornal do Povo**, Três Lagoas, p.2-2, 2008. Caderno opinião.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica sócio-espacial urbana e as novas centralidades em Três Lagoas. Três Lagoas-MS: UFMS-CNPq**, 2009 (Relatório de Pesquisa).

\_\_\_\_\_. Produção de moradias X expansão da periferia em Três Lagoas-MS. X Encontro de História de Mato Grosso do Sul. Simpósio Internacional de História e XIII Semana de História. **Anais...** Três Lagoas: Ed. da UFMS, 2010. V. 1, p. 403-423.

\_\_\_\_\_. E a qualidade de vida? **Jornal Correio do Estado**, Campo Grande, 23 set. 2012.

BACH, R. **Longe é um lugar que não existe**. 19. ed. São Paulo: Record, 1990.

BALTRUSIS, N. O crescimento da informalidade nas cidades do 3º mundo. **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. GT02: Cidades e processos sociais. 2007. Disponível em: <[http://www.sbsociologia.com.br/congresso\\_/papers/GTCidadeseProcessosSociais/pdf](http://www.sbsociologia.com.br/congresso_/papers/GTCidadeseProcessosSociais/pdf)> Acesso em: 20 abr. 2010.

BEGA SANTOS, R. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008.

BHERING, I. G. A. **Condomínios fechados: os espaços da segregação e as novas configurações do urbano**. 2002. 207 f. Dissertação (Mestrado em Análise crítica e histórica da arquitetura e urbanismo) - Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2002.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Liberdade, 1998.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34-EDUSP, 2000.

CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. In: **Revista de Geografia**, São Paulo, VII (1-2), 1984.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1999.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

MARICATO, E. **A metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

- PASTERNAK, S. Política habitacional no Brasil - retrospectiva e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**. LAP 21, FAU-USP. São Paulo, 1997.
- RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1998.
- ROLNIK, R. (org.) **Como produzir moradia bem localizada com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida?** Brasília: Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos, 2010.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed.. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.
- SANTOS, M. O retorno do território. In SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, M. L. **Território – globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- \_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996b.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- \_\_\_\_\_.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. Record, 2001.
- VAINER, C. **Habitação social**: a solução existe e está ao alcance da cidade. Disponível em: <<http://odia.terra.com.br/portal/rio/html/2010/4/>> Acesso em: 25 abr. 2010.
- VIANA, M. T. de R. Algumas reflexões sobre a luta pela terra nas cidades. In: MOREIRA, R. (Org.). **Geografia: teoria e crítica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982. p. 125-130.
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1986.